


ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

PARECER Nº 2245/25.

DA 5º COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL.

PROCESSO Nº 563/2025

RELATOR (A): Gilson Borges

RELATÓRIO

Trata-se de Relatoria do Projeto de Lei nº 1331/2025 de iniciativa do Deputado Estadual Delegado Leonam, que institui a certificação estadual "selo azul de sustentabilidade hídrica" para estabelecimentos comerciais e industriais e que adotem práticas comprovadas de economia de água e dá outras providências.

Antes de adentrarmos no mérito da matéria, vale ressaltar que o Projeto sob análise, foi anteriormente submetido a análise da 2º Comissão de Constituição Justiça e Redação, obtendo parecer favorável à sua aprovação na mencionada comissão.

Dessa forma, cabe a essa comissão temática apenas a análise de mérito.

É o relatório. Passo a opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

No seio da Comissão de Agricultura e Política Rural, é atribuição deste Relator a análise e emissão de Parecer sobre o presente projeto, conforme objetivo previsto no Art. 125, V, alíneas "a", "b", "c" e "f" do Regimento Interno, abaixo transcrita:

Art.125. São os seguintes os campos ou áreas de atividades das Comissões Permanentes:

[...]

V – Agricultura e Política Rural (Resol. 470/2007):

- a) política agrícola e assuntos atinentes à agricultura e à pesca profissional;
- b) estímulos fiscais, financeiros e creditícios à agricultura, à pesquisa e experimentação agrícola;
- c) política e planejamento agrícola e política de desenvolvimento tecnológico da agropecuária; extensão rural;

[...]

f) vigilância e defesa sanitária animal e vegetal;


ESTADO DE ALAGOAS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Em análise ao Projeto de Lei, depreende-se que o mesmo, pretende instituir a certificação estadual "selo azul de sustentabilidade hídrica" para estabelecimentos comerciais e industriais.

Assim, no que concerne ao mérito da matéria, que está adstrito ao campo temático desta comissão, vislumbramos que não existe impedimento à sua tramitação, pois trata-se de uma iniciativa que visa incentivar o investimento de empresas em tecnologias e práticas sustentáveis, beneficiando não apenas o meio ambiente, mas também reduzindo custos operacionais e aumentando sua competitividade da economia.

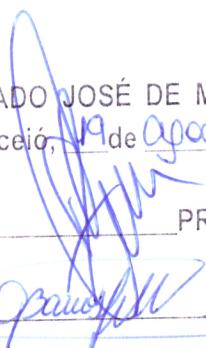
Desse modo, entendemos que o presente Projeto deve ser aprovado.

CONCLUSÃO

Diante dos fundamentos acima expostos, baseados apenas no mérito da matéria, onde não cabe a essa comissão analisar a constitucionalidade da proposição, entendemos que o conteúdo do projeto de lei é de grande valor e interesse social, razão pela qual opinamos pela aprovação do PLO nº 1331/2025.

É o parecer.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 19 de agosto de 2025.

 PRESIDENTE

 RELATOR

 Chantale